



REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

Já é oficialmente conhecida a proposta de deliberação, que a UNESCO leva para discussão e votação na próxima reunião do Comité Mundial, que reúne de 24 de Junho a 6 de Julho, em S. Petersburgo, relativamente à Barragem de Foz Tua e ao Alto Douro Vinhateiro.

Nesta proposta são referidas as recomendações feitas pelo ICOMOS (organização consultiva da UNESCO) no relatório elaborado na sequência da Missão ao Alto Douro Vinhateiro (ADV), levada a cabo em Abril 2011, para avaliar o estado de conservação desta área classificada como Património da Humanidade, nomeadamente os impactes da barragem de Foz Tua sobre a mesma. A proposta refere ainda a resposta do Estado Português enviada à UNESCO em reação ao relatório do ICOMOS e às recomendações nele inscritas.

Estes dois documentos (o relatório ICOMOS e a resposta do Estado Português) foram solicitados pelo Grupo Parlamentar “Os Verdes” à Secretaria de Estado da Cultura (SEC), entidade que tutela o património mundial. No entanto, para surpresa de “Os Verdes”, a SEC, em resposta ao nosso requerimento, remete o assunto para a tutela do Ambiente (ofício nº400, de 31/01/2012).

Atendendo à importância que estes documentos têm para o acompanhamento deste importante assunto e atendendo ainda ao facto de que a Comissão Parlamentar do Ambiente, do Ordenamento do Território e Poder Local irá, por proposta de “Os Verdes”, debruçar-se sobre este assunto no quadro da vinda da Sr.ª Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território do Ambiente, no dia 5 de Junho, solicito, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, a S. Exa. A Presidente da Assembleia da República que remeta ao Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território o presente Requerimento, para que nos sejam facultados, com a maior urgência, os seguintes documentos:

1. Relatório da Missão levada a cabo pelo ICOMOS, ao ADV, em Abril 2012;
2. Resposta sobre o assunto em causa enviada pelo Governo Português à UNESCO;

3. Outra correspondência que possa ter ocorrido, sobre este assunto, entre o Estado Português e a UNESCO e vice-versa, desde Abril 2012;
4. Parecer final da Comissão de Acompanhamento do Estudo de Impacto Ambiental da Linha Tua – Armamar 400 MW, emitido para fins de Declaração de Impacto Ambiental;
5. Pareceres dados pelas entidades oficiais auscultadas no quadro da Consulta Pública acima referida.

Palácio de São Bento, quarta-feira, 30 de Maio de 2012

Deputado(a)s

HELOÍSA APOLÓNIA(PEV)

JOSÉ LUÍS FERREIRA(PEV)